A DERIVAÇÃO E SEUS SUBTIPOS: UM ESTUDO COMPARATIVO

Vito César de Oliveira Manzolillo (UERJ)
cesarmanz@globocom.com

O processo de Derivação, dos mais profícuos da língua portuguesa, apresenta, ainda, alguns aspectos obscuros na sua formação.

(FREITAS, 2007, p. 187)

1. Considerações iniciais

Nossa experiência em sala de aula, ministrando cursos na área da Morfologia, nos levou a perceber o fato de que, com demasiada frequência, no âmbito dos processos de formação de palavras, os autores costumam analisar de modo diferente os tópicos expostos. No que diz respeito especificamente à derivação, tal afirmativa constitui verdade inconteste.

Assim, o que se pretende com a pesquisa que ora se apresenta é a realização de estudo comparativo centrado na observação da derivação e de seus subtipos sob a perspectiva de autores diversos.

2. A derivação e seu conceito

Ao voltarmos nosso interesse para o estudo dos processos de formação de palavras, convém ter em conta as seguintes palavras de Basilio (1987, p. 16):

(...) podemos observar que “formação” tem duas interpretações: uma interpretação ativa, em que o termo se refere ao processo de formar palavras; e uma interpretação mais passiva, em que o termo se refere à maneira como as palavras estão constituídas. As gramáticas normativas seguem, via de regra, a segunda interpretação; em consequência disso, procuram dar conta apenas das características das formas já construídas.

Henriques (2011, p. 112) também observa que

O estudo da formação de palavras tanto pode se referir a uma visão descritiva do léxico já constituído como pode dar conta das regras internas que propiciam a criação de novos vocábulos. Trata-se, pois, de duas visões, uma passadista, outra dinâmica, diferentes e complementares.

Assim, a derivação - processo de formação de palavras herdado do latim que nos interessa analisar no momento - tem sido utilizada desde o início da história do português para a criação de novas palavras.

De modo simples e direto, é possível definir derivação como o acréscimo de afixo(s) a uma base com o intuito de gerar um novo item léxico. Nas palavras de Freitas (2007, p. 157), é “o processo formador de novas palavras e pertence a uma relação aberta da língua”. Ainda para o mesmo autor (2007, p. 157), “é indispensável, na derivação, que os elementos tenham valor significativo no sistema; o sintagma que se forma apresenta um monema derivacional que constitui uma forma presa (afixo)”.

Recorrendo mais uma vez a Basilio (1987, p. 26) descobrimos que

em geral, a base de uma forma derivada é uma forma livre - isto é, uma palavra comum; ou, mais tecnicamente, uma forma que possa por si só constituir um enunciado, como acontece com verbos, substantivos, adjetivos e advérbios. Mas também temos casos de derivação a partir de bases presas.

Já Carone (1988, p. 38-9) considera que “a derivação é o procedimento gramatical mais produtivo para o enriquecimento do léxico. Realiza-se sobre apenas um radical, ao qual se articulam formas presas, os afixos”, com o que concordam Correia & Almeida (2012, p. 38), para quem, “a derivação é aparentemente o processo mais disponível para a construção de palavras, não apenas na língua portuguesa, como nas línguas românicas”.

Sandmann (1992, p. 34), por sua vez, explica que “na derivação temos uma base e um afixo (...), cabendo a este expressar uma ideia geral e à base uma ideia particular ou menos geral.”

Correia & Almeida (2012, p. 36) argumentam que “na derivação afixal existe apenas uma unidade de significado lexical, a base de derivação, à qual se junta um afixo (...), para formar uma nova unidade lexical.” As mesmas autoras (2012, p. 38) informam ainda que

Na derivação, incluem-se processos de natureza um pouco distinta. Por um lado, temos a derivação afixal (...), que é a mais típica de todas, e, por outro, temos a chamada derivação não afixal, a conversão, em que não intervêm quaisquer afixos, ocorrendo apenas uma mudança categorial (...) do radical que é alvo de derivação.

Souza-e-Silva & Kock (2011, p. 52) entendem que “a derivação consiste na formação de palavras por meio de afixos agregados a um morfema lexical.” Acrescentam ainda que, para que haja derivação, duas

condições precisam ser satisfeitas: a possibilidade de apreensão sincrônica dos morfemas envolvidos no processo e a possibilidade de o afixo se encontrar à disposição dos falantes para a formação de novos derivados.

O critério sincrônico para a existência de derivação é igualmente salientado por Freitas (2007, p. 157), para quem,

Não haverá derivação, se a palavra não constituir um sintagma formado sincronicamente, como sucede em *submisso*, *súbito*, *conduzir*, *colegas*, etc., uma vez que não há uma forma livre funcionando como *base* na fase atual da língua.

Por fim, Kehdi (1997, p. 53) ressalta que

Relativamente à derivação, convém lembrar que, embora possa variar o número de afixos presos a uma determinada base, há uma regularidade subjacente, revelada pela análise em constituintes imediatos (C.I.); o vocábulo é sempre constituído de camadas binárias de mesma estrutura, ou seja, um elemento nuclear e um periférico.¹

3. *Derivação prefixal e derivação sufixal*

Segundo Cunha & Cintra (1985, p. 83-4),

Os PREFIXOS são mais independentes que os SUFIXOS, pois se originam, em geral, de advérbios ou de preposições que têm ou tiveram vida autônoma na língua. A rigor, poderíamos até discernir as formações em que entram prefixos que são meras partículas, sem existência própria no idioma (como *des-* em *desfazer*, ou *re-* em *repor*), daquelas de que participam elementos prefixais que costumam funcionar também como palavras independentes (assim: *contra-* em *contradizer*, *entre-* em *entrebair*). No primeiro caso haveria DERIVAÇÃO; no segundo, seria justo falar-se em COMPOSIÇÃO.

Consoante Azeredo (2010, p. 451-2),

Não são claros os limites entre derivação prefixal e composição. Vários prefixos são variantes de preposição (*com*, *sem*, *entre*), e muitos adjetivos e morfemas de significação numeral se antepõem a bases léxicas com um comportamento gramatical análogo ao de prefixos (*aeroespacial*, *bimotor*, *pentacampeão*). Por isso existem bons argumentos a favor de incluir a prefixação nos processos gerais de composição, assim como também é defensável tratá-la como um processo intermediário entre a composição e a sufixação.

¹ Basilio (1987, p. 14) também esclarece que “a palavra morfológicamente complexa, ou seja, a palavra que contém mais de um elemento, é estruturada basicamente como a combinação de uma base com um afixo. Esta base pode, por sua vez, ser também complexa, isto é, também estruturada em termos de base e afixo”.

Já de acordo com Freitas (2007, p. 158),

Para alguns autores só os sufixos representam afixos derivacionais, porquanto incluem os prefixos no processo de composição sob o argumento de que “o prefixo é uma espécie de semantema subsidiário”. Relacionam os prefixos com as preposições com, entre, a etc., atribuindo-lhes, assim, existência independente na língua.

Para ele (2007, p. 158), a “relação entre esses prefixos e algumas preposições constitui um ponto de vista diacrônico. Numa descrição sincrônica não há mais que uma coincidência de formas”.

Dada a dificuldade de propor critérios rígidos capazes de estabelecer diferenças entre os dois casos, os autores anteriormente citados preferem considerar a ocorrência de derivação prefixal em ambas as situações.

Sandmann (1997, p. 71) afirma também que “no passado (...) muitos gramáticos não distinguem a prefixação da composição,” enquanto Monteiro (2002, p. 139-40), em consulta a diversos estudiosos, chega à conclusão de que 60% deles incluem a prefixação entre os tipos de derivação, posição igualmente defendida por ele. O mesmo autor (2002, p. 142) menciona a expressão *derivação progressiva*, usadas pelas gramáticas nos casos em que há acréscimo de sufixos.

De acordo com alguns estudiosos, “os prefixos nunca mudam a classe da palavra a que se adicionam” (BASILIO, 1987, p. 9).

Já para Azeredo (2010, p. 450),

o afixo pode ser responsável pela classe gramatical da palavra derivada: **-dade** forma substantivos, **-oso** forma adjetivos, **-izar** forma verbos, **-mente** forma advérbios, e assim por diante. Normalmente, só os sufixos têm esse papel. Em alguns casos, porém, a construção ‘preposição + substantivo’ deu origem a adjetivos (cf. *comida sem-sal, uma atitude sem-vergonha, um roteiro sem-par*). Este modelo é a base de algumas formações recentes em que um prefixo semelhante a uma preposição forma adjetivos derivados de substantivos (cf. *centro pró-melhoramentos, campanha antitóxico, manifesto antiborto, período pós-parto, casamento interespecies*)².

² Conforme se lê em Sandmann (1997, p. 71), “o prefixo (...) não muda a classe ou subclasse da base (...)”. Também para Kehdi (1997, p. 9) “(...) os prefixos não contribuem para a mudança da classe gramatical do radical a que se ligam (...)”. Henriques (2011, p. 19, nota 8), por sua vez, afirma que “a possibilidade de um prefixo (...) alterar a classe gramatical da base se limita à passagem de substantivos a adjetivos (exs.: sentido *anti-horário*, atitude *sem-nome*, pomada *multiuso*, ônibus *monobloco*), o que representa, a rigor, uma mudança mais funcional do que morfológica.” Já Correia & Almeida

Na visão de Sandmann (1997, p. 70),

Prefixos e sufixos são considerados afixos, distinguindo-se da base a que se unem porque são normalmente elementos presos, isto é, não têm curso livre na frase, expressando, além do mais, ideias gerais e prestando-se, como tais, a formações em série. Além do mais, como nos diz a semântica dos prefixos *pre-* e *su(b)-* de prefixo e sufixo, naquela palavra o afixo precede a base e nesta o afixo vem abaixo ou depois.

Para Correia & Almeida (2012, p. 49-50),

Os prefixos avaliativos colocam alguns problemas de classificação, dado que (...) esses prefixos equivalem frequentemente a adjetivos e, nesses casos, apresentam um significado que pode considerar-se de natureza lexical, por isso podem ser tomados como elementos de composição. (...) As dificuldades em distinguir os dois processos de construção de palavras levou a que, em diversas gramáticas tradicionais, a prefixação fosse incluída nos processos de composição.

Essas autoras (2012, p. 46-7) definem derivação afixal como

O processo de construção de palavras através do qual se obtém um derivado pela junção de um afixo a um radical. A derivação afixal é basicamente um processo binário (em cada processo derivacional intervêm apenas uma base e um afixo), por isso os principais tipos de derivação afixal em português são a sufixação e a prefixação.

Kehdi (1997, p. 8), por seu turno, informa que “os prefixos, ao contrário dos sufixos, só se agregam a verbos e adjetivos, que são uma espécie de vocábulo associado ao verbo,” o que se revela inexato quando se observam palavras como *desgosto*, *descaso*, *desventura*, *desjejum*, *deságio*, *desrespeito*, *desfavor*, *desprazer* e *desamor*, por exemplo³.

Souza-e-Silva e Koch (2011, p. 52) preveem ainda a existência de processo conhecido como derivação *prefixal* e *sufixal*, caso, segundo as

(2012, p. 49) explicam que “tradicionalmente, é aceite que o prefixo não altera a categoria da base. Porém, vem sendo demonstrado que certos prefixos (...) são passíveis de alterarem a categoria da base: (...) *moral/amoral*, *rugas/antirugas*, *independência/pró-independência*.” Por fim, Freitas (2007, p. 199) afirma que “a prefixação também pode acarretar mudanças de classe na formação de *nomes* e *verbos*”. Alguns dos exemplos fornecidos pelo autor são estes: *puro* (adjetivo) > *apuro* (substantivo) e *apurar* (verbo), *novo* (adjetivo) > *renovo* (substantivo) e *renovar* (verbo) e *certo* (adjetivo) > *acerto* (substantivo) e *acertar* (verbo).

³ Mais adiante, o próprio autor (1997, p. 16) reconhece que, embora excepcionais, ocorrências do prefixo *des-* ligado a substantivos são possíveis em língua portuguesa. Para Azeredo (2010, p. 451), na atual sincronia do português, a regra que originou esses substantivos não é mais produtiva (isto é, não constitui uma “regra de formação de palavras”), exemplificando um caso do que chama de “regra de análise estrutural”.

autoras, de palavras como *deslealdade* e *infelizmente*, classificação problemática que despreza a existência dos chamados constituintes imediatos. O que ocorre nessas situações é que palavras derivadas servem de base para o surgimento de uma nova palavra derivada.

4. Derivação parassintética

Os estudiosos costumam definir parassíntese como a adição simultânea de prefixo e de sufixo a uma base para a criação de uma nova palavra, sendo este um processo especialmente produtivo na formação de verbos, “e a principal função dos prefixos vernáculos *a-* e *em-* (*en-*) é a de participar desse tipo especial de derivação” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 101). Para Kehdi (1997, p. 18), essa primazia dos verbos ocorre porque “geralmente, os prefixos que figuram nos parassintéticos têm um sentido *dinâmico*: *embarcar* (*em-*: movimento para dentro), *desfolhar* (*des-*: ato de separar)”.

Sandmann (1992, p. 46) observa que

Também adjetivos são formados por derivação parassintética: *achocolado*, *descadeirado*, *descamisado*, [assim como] adjetivos em *-vel* mais o prefixo *in-* podem ser parassintéticos: *inovidável*, *inesquecível*, *intocável*, falando a favor dessa posição o fato de esses adjetivos serem muito mais frequentes no uso do que os sem prefixo *in-*. Diríamos que o sistema permite formar *olvidável* e depois *inovidável*, (...) *descadeirar* e depois o adjetivo *descadeirado*, mas o uso ou a norma mostram que a forma parassintética é privilegiada.

No modo de ver de Henriques (2011, p. 115),

As palavras dotadas de prefixo e sufixo, sejam as de derivação sucessiva (prefixação ou sufixação) ou as de derivação simultânea (parassíntese), não deixam de ter seu processo de formação analisado circunstancialmente. Afinal, não há impedimento definitivo para que o vocábulo intermediário virtualmente inexistente seja tornado real pelo uso linguístico. Ou seja, **impublicar*, **vacalhar*, **tardecer*, conquanto não possam ser consideradas formas primitivas reais de *impublicável*, *avacalhar* e *entardecer*, são vocábulos coerentes com os padrões mórficos da língua portuguesa.

Basilio (1987, p. 44), por sua vez, salienta o fato de que

O que caracteriza a derivação parassintética não é a presença ou ocorrência simultânea de prefixo e sufixo junto à base, mas a estrutura de formação, que exige utilização simultânea de prefixo e sufixo no processo de formação.

Assim, nem todas as palavras que apresentam prefixo e sufixo em sua formação devem ser consideradas como de formação parassintética⁴.

Correia & Almeida (2012, p. 50) explicitam a ideia de “a parasíntese contraria[r] o princípio da ramificação binária que rege a derivação afixal e, segundo o qual, em cada processo derivacional apenas intervem uma base e um afixo.” Para Carone (1988, p. 41-2), parassíntese é entendida como a derivação simultaneamente prefixal e sufixal. Nesse caso, “prefixo e sufixo teriam certa semelhança com significantes descontínuos, que se articulam a uma base em um mesmo momento.” Também Souza-e-Silva & Kock (2011, p. 53) consideram que, na derivação parassintética, “o prefixo e o sufixo são acrescentados a um só tempo ao morfema lexical, constituindo, portanto, um único morfema gramatical, de caráter descontínuo.” Essa descontinuidade de que falam Carone e Souza-e-Silva & Kock pode, segundo se lê em Rosa (2000: 53), levar alguns autores (cf. MONTEIRO, 2002, p. 155) a postularem, em formas como *amanhecer*, a presença de um afixo descontínuo *a...ec(e)r* chamado “*circunfixo* (e por essa razão a denominação circunfixação é empregada em lugar de *parassíntese* caso se leve em conta tal proposta)⁵”.

Carone (1988, p. 42) enxerga na parassíntese algo que considera um problema não resolvido,

pois seria necessário estabelecer aí duas subcategorias: os parassintéticos que se formam com prefixo e sufixo (*enternecer*, *esclarecer*, *amanhecer*) e os que se formam apenas com prefixo e desinências verbais (*engavetar*, *esburacar*, *aclarar*). Considerar a existência de sufixo no segundo grupo exigiria uma redefinição de sufixo que englobasse os morfemas flexionais do verbo⁶.

⁴ A autora (1987, p. 47) amplia o conceito de parassíntese, ao considerar casos como o do adjetivo *desdentado*, o qual, segundo ela, apresenta “duas formações: uma parassintética, em que temos a adição simultânea de *des-* e *-ado* ao substantivo *dente*, para expressar o sentido adjetivo ‘sem dente’; e uma em dois níveis, em que temos o acréscimo de *-do*, caracterizador de particípio passado, à base do verbo *desdentar*.”

⁵ Para alguns autores, a adesão a essa proposta se justifica pelo fato de a semântica dos prefixos envolvidos na parassíntese ser, como menciona Sandmann (1997, p. 74), “muitas vezes vaga ou imprecisa, senão inexistente”. Henriques (2011, p. 115) considera esse tipo de derivação um “caso singular em que o prefixo pode não apresentar significado algum.” De acordo com Monteiro (2002, p. 156), “em geral, a primeira parte do morfe descontínuo que ocorre nos parassintéticos, embora pareça um prefixo, não apresenta qualquer significado”, situação que cria o inconveniente de conferir a uma forma sem significado o *status* de morfe.

⁶ É outra a visão de Monteiro (2002, p. 155). Para ele, em formas como *a clar ø ar*, *a flor ø ar*, *a larg ø ar* e *en terr ø ar*, por exemplo, o segmento após a base, embora presente, não apresenta configuração fônica. Freitas (2007, p. 196), no entanto, afirma: “Embora o expediente linguístico do elemen-

As mesmas subcategorias de que fala Carone são levadas em conta por Freitas (2007, p. 200). O autor explica:

Permanecendo o critério tradicional, que determina o emprego simultâneo de prefixo e sufixo na formação dos parassintéticos, é importante distinguirem-se dois tipos de parassintetismo: 1) Parassintéticos com afixos derivacionais, constituindo o processo real derivativo, como *a-* (prefixo) + *noit(e)* (base) + *ec* (sufixo) + (*er*), sendo *a-* e *-ec* sufixos derivacionais. 2) Parassintéticos com um só afixo derivacional (o prefixo, acrescentando-se ao radical a terminação flexional *-ar*) constituem um processo parcial de derivação parassintética.

Correia & Almeida (2012, p. 50) limitam a ocorrência de parassíntese apenas às situações “em que, além do prefixo, ocorre um sufixo derivacional claramente marcado, como nos casos (...) de *anoitecer* (com o sufixo *-ec*) e de *esverdear* (com o sufixo *-e*). Já Henriques (2011, p. 116) afirma que são formados

por parassíntese verbos que, além de terem um prefixo vazio de sentido, podem ter apenas a terminação verbal (*em+barc+ar*, *es+quent+ar*), em vez de um sufixo formalizado que, quando existe, tem valor iterativo ou incoativo (*em+brut+ec+er*, *a+noit+ec+er*).

Kehdi (1997, p. 16-7) julga não haver

necessidade de distinguir formas como *esclarecer* e *aclarar*, com o argumento de que, na segunda, não figura um sufixo. Na realidade, as únicas flexões possíveis para o adjetivo *claro*, radical de *aclarar*, são: *claro* / *clara* / *claros* / *claras*. A terminação *-ar*, de valor verbal, está contribuindo para que a palavra *claro* mude da classe dos adjetivos para a dos verbos, ou seja, está desempenhando um papel sufixal.

O mesmo autor (1997, p. 18-9) prossegue, informando que

Há exemplos curiosos de verbos cujo radical é um adjetivo que exprime cor, e que, aparentemente, não seriam parassintéticos: *amarelar*, *azular*. Todavia, se considerarmos o subsistema dos verbos formados por esses adjetivos, verificaremos que são, na maioria, parassintéticos: *acinzentar*, *alaranjar*, *arroxear*, *avermelhar* etc. Ora, nesses verbos mencionados ocorre o prefixo *a-*. Como os adjetivos *amarelo* e *azul* começam pela vogal *a-*, podemos admitir que houve a crase desse *a-* inicial do radical com o prefixo *a-*.

No que respeita às funções exercidas por prefixos e sufixos no âmbito da parassíntese, Sandmann (1992, p. 47) diz que

to $\emptyset$ (zero) seja válido, não concordamos com sua aplicação neste caso dos parassintéticos, uma vez que o maior número de palavras é o que apresenta inexistência de sufixo derivacional, não constituindo, assim, a exceção, mas a regra geral, o que comprova a deficiência do critério”.

Nos parassintéticos o prefixo exerce (...) função semântica (*encaixar*: en- “para dentro”, *expatriar*: ex- “para fora”, *repatriar*: re- “de volta”, *desossar*, *des-* “afastamento”), cabendo ao sufixo função sintática – muda, nos exemplos dados, substantivo em verbo –, a que pode acrescer função semântica: *entardecer*, *amanhaecer*, em que a *-ecer* cabe ideia incoativa, e *apedrejar*, *esbravejar*, com sufixo *-ejar* frequentativo.

Por fim, é necessário considerar ainda a posição de Bechara (2009, p. 343), bastante singular se comparada aos demais autores até o momento referidos. Para ele,

Pode-se (...) entender que, a rigor, não existe parassíntese, se partirmos do fato de que, numa cadeia de novas formações, não poucas vezes ocorre o pulo de etapa do processo, de modo que só virtualmente no sistema exista a forma primitiva. (...) Deste modo, em *aclarar*, *entardecer*, *amanhecer* se poderá pensar em partir dos virtuais **clarar*, **tardecer*, **manhecer* ou **aclaro*, **entarde* e **amanhã*.

5. Derivação regressiva

A importância deste processo reside no fato de ele possibilitar a criação dos chamados substantivos deverbais ou pós-verbais⁷, aqueles “formados pela junção de uma das vogais *-o*, *-a* ou *-e* ao radical do verbo” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 102)⁸.

Para Silva-e-Souza e Koch (2011, p. 53), a derivação regressiva ocorre na formação de palavras como *caça* (de caçar), *corte* (de cortar) e *descanso* (de descansar), “em que a desinência verbal do infinitivo e a vogal temática do verbo são substituídas pelas vogais temáticas nominais *-a*, *-e*, *-o*, formando (...) nomes abstratos de ação, denominados *deverbais*”.

Segundo Babilio (1987, p. 37), “o que caracteriza basicamente a derivação regressiva é o fato de que uma nova palavra é formada pela supressão de um elemento, ao invés de por acréscimo.” Observando os

⁷ Azeredo (2010, p. 465) assinala que “de alguns verbos originam-se também adjetivos derivados regressivamente.” Entre os exemplos citados por ele, aparecem *aceito* (de aceitar), *entregue* (de entregar), *enxuto* (de enxugar), *expulso* (de expulsar), *ganho* (de ganhar), *isento* (de isentar), *salvo* (de salvar), *aceso* (de acender), *bento* (de benzer), *eleito* (de eleger), *preso* (de prender), *suspense* (de suspender), *afliço* (de afligir), *correto* (de corrigir), *expresso* (de exprimir), *impresso* (de imprimir) etc.

⁸Como oportunamente afirma Henriques (2011, p. 125, nota 67), “os casos de regressão a partir de substantivos (sarampo < sarampão; gajo < gajão) só têm pertinência diacrônica”, razão pela qual não serão tratados aqui.

pares *apertar/aperto*, *ameaçar/ameaça* e *cortar/corte*, a mesma autora (1987, p. 39) informa que

A vogal pela qual termina o nome pode ser *-a*, *-e* ou *-o*. Assim, se considerarmos que esses casos são de derivação regressiva, pelo menos teremos que considerar que se trata de um caso misto, pois também ocorre o acréscimo das vogais.

Azeredo (2010, p. 464) define derivação regressiva como o “*processo que consiste em criar uma palavra mediante a supressão de um elemento final de outra palavra*”, enquanto Sandmann (1997, p. 74) julga não haver

derivação regressiva nos substantivos do tipo “poda” (de podar), “transplante” (de transplantar) e “sustento” (de sustentar). Concordando embora que em “esfola”, “encalhe” e “manejo” não há sufixos tão encorpados como em “esfoladura”, “encalhação” e “remanejamento”, gostaria de dizer que também aí há um morfema sufixal aditivo, respectivamente, *-a*, *-e* e *-o*.

O autor (1997, p. 75) apoia seu ponto de vista em dois argumentos: a vogal final do substantivo nem sempre é igual à vogal temática do verbo e também não é acrescentada apenas nos casos em que sua ausência originaria uma forma em desacordo com o padrão silábico do português.

Em Monteiro, a chamada derivação regressiva ilustra um dos casos do que denomina derivação por sufixo zero. Conforme as palavras do autor (2002, p. 144-5),

Nos deverbais (...), a forma derivada apresenta um encurtamento em relação à primitiva. Este, o motivo por que se qualifica a derivação de *regressiva*. O encurtamento da forma primitiva não consiste na subtração de algum sufixo, mas na adaptação de uma terminação verbal a um tema nominal. (...) Como a marca derivacional é sempre um sufixo, não há razão para deixar de se postular entre o radical e o índice temático do deverbal a existência de um sufixo zero: abater → abat + ø + e, pescar → pesc + ø + a, tocar → toqu + ø + e, rodear → rodei + ø + o (...)⁹.

Para Correia & Almeida (2012, p. 45-6), relativamente à chamada derivação regressiva,

O que acontece, de fato, é que o radical verbal (*fug*, *atac* ou *us*) assume a categoria de substantivo, adquirindo, apenas, uma vogal, que é a sua desinência nominal ou vogal temática nominal (*-a* em *fuga*; *-e* em *ataque*; *o-* em *uso*).

⁹ A existência de um sufixo ø é igualmente prevista por Kehdi (1997, p. 27) no substantivo destacado na expressão “a pesca do bacalhau”.

Por isso, abordagens mais recentes desse fenômeno defendem que, em rigor, a derivação regressiva não se verifica, mas que estamos, sim, perante casos de conversão.

Freitas (2007, p. 193) salienta o fato de

a terminação verbal em *pescar*, *combater*, *resumir*, ou em *apelidar*, *fuzilar*, *armazenar*, para citarmos exemplos quer da chamada “derivação regressiva”, quer da “derivação progressiva”, não constitui[r] *derivação*, mas apenas *flexão*. Não há elemento derivacional. A terminação verbal possui os elementos vogal temática (a, e, i) e desinência ou sufixo flexional (r).

Assim, o autor (*Ibidem*, p. 194) conclui que

Nome e verbo coexistem no uso linguístico – *pesca* / *pescar*; *almoço* / *almoçar* – não importando se a precedência é do nome ou do verbo, isto é, se se trata de derivação (denominação imprópria, conforme explicação acima) progressiva ou regressiva. Em nossa visão sincrônica, a relação entre *pesca* (tema nominal) e *pescar* (tema verbal + sufixo flexional –r) é, apenas, de ordem semântica, visto que não se processa *adição* ou subtração de sufixo derivacional, não cabendo, portanto, falar-se de derivação.

Bechara (2009, p. 370) não considera o processo em análise como um tipo de derivação, nomeando-o como *formação regressiva*. São suas estas palavras:

A formação regressiva ou deverbal (...) consiste em criar palavras por analogia, pela subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem vocábulos derivantes: de *atrasar* tiramos *atraso*, de *embarcar*, *embarque*; de *pescar*, *pesca*; de *gritar*, *grito*.

Henriques (2011, p. 125) analisa o assunto em pauta dentro de capítulo intitulado “Processos especiais.” O autor designa o fenômeno em estudo como regressão¹⁰, a qual se caracteriza “pela formação de um substantivo abstrato de ação a partir de verbo. Por isso, tais substantivos são chamados de *deverbais*.” Ainda de acordo com Henriques (2011, p. 125), “alguns autores chamam a regressão de *derivação regressiva*, procedimento correto do ponto de vista da formação, mas causador de conflito na análise de abstratos de ação dotados de sufixo (...)” Continuando sua exposição, o autor (2011, p. 125) opina que

A *regressão* se caracteriza pela ausência de sufixo e assim se denomina por contrariar, na relação entre verbos e substantivos, o processo (de “progressão”) que consiste em o nome ser o vocábulo primitivo e dele se formar o verbo – aplicável sistematicamente aos adjetivos (...) e aos substantivos concretos (...).

¹⁰ Kehdi (1997, p. 22) considera sinônimos os termos *derivação regressiva* e *regressão*.

Finalizando, Henriques (2011, p. 126) afirma que

Há casos ainda de substantivos regressivos neológicos tirados de verbos hipotéticos: o “*braseio*” (neologismo que significa “o ato de fazer brasa”) deriva de um potencial verbo *brasear*. E há ainda os casos em que, rigorosamente, os substantivos deverbais não denotam uma ação. É o que temos (...) em *custo* (que não é “o ato de custar”, mas “o preço ou esforço que deve ser dispendido [*sic*] para se obter algo”) ou em *demora* (que não é “o ato de demorar”, mas “a situação gerada por uma determinada expectativa”).

Concluindo esta parte, recorremos a Kehdi e a Basilio (2009, p. 44). O primeiro explica que

Os deverbais regressivos são extraídos da primeira ou da terceira pessoa do singular do presente do indicativo; daí, serem nomes de tema em *-o* (quando procedem da primeira pessoa) ou de tema em *-a* ou *-e* (quando procedem da terceira pessoa) (...). Os deverbais de tema em *-o* adquirem, no português moderno, grande vitalidade: *o agito, o chego, o sufoco* (KEHDI, 1997, p. 23-4).

Já a segunda salienta que

A derivação regressiva com apoio na vogal *-a* (luta, crítica, censura, procura, escolha, venda, fuga) só ocorre em formações tradicionais, ao contrário da baseada em *-o* (*badalo, agito, sufoco, apronto, adianto, aguardo*), utilizada em formações recentes de caráter gíriático. Formações em *-e* são também produtivas, sobretudo em verbos prefixados com *re-* e *des-*, nos quais a derivação regressiva é relativamente comum (BASILIO, 2009, p. 44).

6. Derivação imprópria (conversão)

Segundo Azeredo (2010, p. 466), “nesse tipo de derivação não há qualquer alteração formal aparente¹¹, daí chamar-se *imprópria*”, “termo que, por si só, implica já um juízo de valor sobre a natureza do processo em análise” (CORREIA & ALMEIDA, 2012, p. 42).

Ao tecer comentários acerca da chamada derivação imprópria - que classifica como um pseudoprocesso - Henriques (2011, p. 127) diz que usualmente se inclui esta entre os processos de formação de palavras. No entanto, prossegue ele, trata-se de “fenômeno de estilística morfossintática que se fundamenta no emprego de um vocábulo fora de sua classe

¹¹ Kehdi (1997, p. 34) observa que, em muitos casos, “a derivação imprópria (ou conversão) é um processo também caracterizado por traços formais. Não há dúvida, contudo, de que os traços formais se situam no eixo sintagmático, no contexto exterior ao vocábulo”.

natural, o que em absoluto não forma vocábulo e, portanto, a rigor não se insere neste assunto”¹².

Por fim, Silva-e-Souza e Kock (2011, p. 54) informam que este constitui “um processo sintático-semântico e não morfológico, motivo pelo qual não o incluiremos entre os diferentes tipos de derivação”.

Sendo assim, recomendamos aos interessados no aprofundamento do estudo da conversão uma consulta aos autores mencionados neste subitem de nosso trabalho¹³, os quais dedicam algumas linhas à análise do tema.

7. Considerações finais

Como foi possível perceber, diferenças - por vezes significativas - ligadas ao entendimento da derivação foram assinaladas entre os estudiosos consultados.

No que respeita à derivação prefixal, alguns deles (cf. Azeredo, Cunha & Cintra, Freitas, Correia & Almeida e Monteiro, por exemplo), fizeram referência ao fato de esse processo ser incluído por alguns entre os casos de composição, apesar de não ter sido essa a posição de nenhum dos autores pesquisados.

Relativamente à parassíntese, notamos que Carone e Freitas dividem os exemplos em dois grupos: os que apresentam prefixo e sufixo (os mais típicos) e aqueles constituídos de prefixo e terminação verbal. Correia & Almeida, no entanto, preferem não ver exemplos do processo em formas como *aclarar*, *repatriar*, *engavetar* e *despetalar*, as quais apresentam elementos de flexão verbal em lugar de sufixos propriamente ditos. Já Bechara, em função da proposição de formas virtuais ou teóricas, desconsidera a existência de derivação parassintética como processo de

¹² Observação de Cunha & Cintra (1985, p. 104) caminha na mesma direção: “A rigor, a DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA (...) não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras (...), pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia.” Já Monteiro (2002, p. 146) afirma: “Trata-se [a conversão] de uma situação especial que a rigor não deveria entrar num esquema de descrição do mecanismo derivacional.” Por fim, Bechara (2009, p. 372) explica: “Os casos de conversão recebiam o nome de *derivação imprópria*. Como a conversão não repercute na estrutura do significante de base, muitos estudiosos, com razão, não a incluem como processo especial de formação de palavras (...).”

¹³ Além dos autores citados, ver também Basilio (1987 e 2004) e Sandmann (1992).

formação de palavras. Para Monteiro, o processo se realiza por meio do acréscimo de circunfixo a um radical, advindo dessa característica a denominação de circunfixação, adotada por alguns a fim de nomear essa modalidade de derivação.

Quanto à derivação regressiva, esta é vista como sufixal por Sandmann, enquanto, para Monteiro, ela se realiza por meio de sufixo $\emptyset$. Já Freitas não vê nela um tipo de derivação. Correia & Almeida preferem incluir o processo entre os casos de conversão, ao passo que Bechara não a considera uma modalidade de derivação, mas sim um processo à parte, chamado formação regressiva. Por fim, Henriques também não fala em derivação regressiva; prefere o termo regressão, admitindo ainda a possibilidade de que certos substantivos sejam tirados de verbos hipotéticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia: visão sincrônica*. 5. ed. rev. e ampl. com exercícios e respostas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCK, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.